

RESUMO

Destacam-se quatro fases da literatura infantil no Brasil como reflexos da organização política, econômica e cultural de nosso país. A primeira fase, com as adaptações e traduções de obras europeias, com o intuito de importar o modo de vida, prática que gradativamente passa pela necessidade de identificar/forjar uma identidade e formas de valorização do estado nação, entrando assim no viés ideológico nacionalista e no patriotismo. A segunda fase, expressando uma ruptura de paradigmas trazida por Monteiro Lobato que reflete as mudanças culturais na sociedade. Uma terceira fase pautada em mais liberdade e novas experiências, impostas tanto pelas novas concepções da pedagogia e da educação, como pelas exigências da sociedade e incorporações das novas tecnologias. E a quarta fase que expressa a ruptura com a literatura infantil apenas como recurso pedagógico. A literatura infantil passa a ser vista, desde então, como algo lúdico, catártico e libertador, plena dos encantos da imagética, mas também preparando as crianças para o mundo em que a diversidade e a alteridade passam a fazer parte do cotidiano.

Palavras-chave: Literatura infantil no Brasil. Literatura infantil brasileira – histórico. Literatura infantil brasileira – fases.

ABSTRACT

Four phases of children's literature in Brazil are highlighted as reflections of the political, economic and cultural organization of our country. The first phase, with the adaptations and translations of European works, with the aim of importing the way of life, a practice that gradually passes through the need to identify / forge an identity and forms of valorization of the nation state, thus entering into the nationalist and ideological bias and patriotism. The second phase, expressing a rupture of paradigms brought by MonteiroLobato that reflects the cultural changes in the society. A third phase based on more freedom and new experiences, imposed both by the new conceptions of pedagogy and education, as by the demands of society and incorporations of new technologies. And the fourth phase expresses the rupture with children's literature only as a pedagogical resource. Since then children's literature has been seen as playful, cathartic and liberating, full of the charms of imagery, but also preparing children for the world in which diversity and otherness become part of daily life.

¹ Capítulo da dissertação aprovada no exame de qualificação em 30 de maio de 2017 no Programa de Pós – Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGCIN/UFSC).

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC).

³ Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente associada II no Programa de Pós – Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGCIN/UFSC).

Keywords: Children's literature in Brazil. Brazilian children's literature - historical. Brazilian children's literature - phases.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em literatura infantil no Brasil, há que se levar em conta o contexto histórico. Do anonimato das crianças vítimas da escravidão negreira, passando pelas crianças pobres que brancas ou mestiças labutavam na lavoura, chega-se às crianças da elite na Colônia, ensinadas desde cedo à obediência cega aos pais e aos mestres. Em seguida, no início do século XIX com a chegada da família real e com ela, a Imprensa Régia, os livros infantis traduzidos e adaptados da Europa começam a circular no Brasil, em estreita vinculação com a escola e presos à moral vigente. A fase de transição política que marcaria a preparação para a República foi permeada de literatura vinda preferencialmente da França, não apenas para os adultos, mas também para as crianças. Na sequência, nos ideais positivistas, despontou um nacionalismo que seria a marca registrada nas histórias infantis, aclamando a pedagogia como elemento constituinte da literatura, pois essa última devia, antes de tudo, instruir. No século XX a literatura infantil trafega entre a tradição e o modernismo, sendo Monteiro Lobato precursor na apresentação do realismo mágico em textos direcionados à infância. Depois dele, uma nova geração de escritores deu continuidade à sua maneira estratégica de seduzir as crianças por meio da leitura e inovou a arte da escrita.

Destarte, a seleção sobre o que as crianças deveriam ler para serem pessoas virtuosas e íntegras no futuro, perpassava, nas casas e na escola, pelo que fosse considerado piedoso, proveitoso, útil, informativo, nacionalista, transformador, lúdico ou que o momento histórico considerava adequado às mentes infantis.

Não foram poucos os que labutaram, ao longo dos séculos XIX e XX, em escrever textos infantis que educassem (pois essa era a meta principal) conquanto divertissem (um bônus) as crianças, presas ao sabor das ondas da visão adultocêntrica que controlava, selecionava e distribuía a literatura infantil no Brasil.

Claro está que as obras destinadas ao público infantil inicialmente mantiveram-se atreladas à escola, acompanhando a mudança da sociedade brasileira que cada vez mais exigia crianças alfabetizadas. Quem se debruçou em apresentar um panorama histórico da literatura infantil (e juvenil) foi Nelly Novaes Coelho – e, por esse motivo, a trajetória da produção literária destinada às crianças brasileiras passará, prioritariamente, pela visão crítica dessa autora.

O artigo, sem pretender a exaustão do assunto, aponta essa passagem – não de todo tranquila, não sem recaídas, mas firme em germinar o embrião de uma literatura que agradasse o público infantil, que florescesse e cativasse pais e mães para que seus filhos pudessem enfim, ler pelo prazer de ler.

2 O COMEÇO DA LITERATURA INFANTIL NO BRASIL: do estrangeirismo ao abasileiramento

A oralidade, primeira forma de expressão de literatura no mundo, foi, também, no Brasil, bastante difundida. As narrativas populares, principalmente do folclore português, encontraram eco nas crianças brasileiras, sejam as de camadas pobres como as das classes mais privilegiadas. Deve-se aos jesuítas sua divulgação e à Reforma de Pombal, seu cerceamento. Coelho (2006) esclarece que com a extinção das ordens religiosas no Brasil foram extintos, também, os jornais, os livros, as associações culturais, enfim, tudo o que era considerado ameaçador ao poder da metrópole portuguesa.

Uma mudança auspiciosa acontece com a vinda da família Real para o Brasil, em 1808, instalada no Rio de Janeiro. Além de outras melhorias em nosso país, destaca-se a Imprensa Régia, instalada para resolver o problema da administração real na publicação dos atos e proclamações de D. João; era, de fato, um monopólio do governo; mesmo assim publicou jornais, obras literárias e didáticas (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999).

Quando em 1811 foi instalada a primeira tipografia na Bahia, possibilitando a circulação de jornais, isso foi um passo para, em 1831, surgir em Salvador o primeiro jornal infantil-juvenil: *O Adolescente* (CARVALHO, 1983).

Surgem jornais destinados à infância e à adolescência também em outros Estados, como mostra Carvalho (1983, p. 126):

[...] é curioso observar-se, em todo o País, a importância atribuída à Imprensa infantil e juvenil durante o período que antecede a Literatura específica da criança. Isso confirma o valor do jornal para os pequenos leitores, despertando-lhes o interesse pela informação, pela cultura, pelos acontecimentos que lhes dizem respeito, e até despertando vocações.

Muito embora o foco fosse o lado utilitário da leitura – informar, ensinar, visar o futuro trabalho, ainda assim não se pode desprezar o papel do jornal no tocante ao exercício da leitura.

Conforme Peres, Marinheiro e Moura (2012, p. 4) “na Monarquia, a mão-de-obra escrava começa a ser substituída pela mão de obra assalariada, pois a Inglaterra precisava de um novo mercado no Brasil para que seus produtos fossem consumidos”; com a aceleração urbana e consequente aumento no número de postos de exportação surgem mais oportunidades de emprego e o acréscimo do consumo de produtos culturais é propagado prosperando a economia, assim o “consumidor infantil passa a ser valorizado e a escola ganha destaque como instituição fundamental na adaptação do homem rural nas cidades, servindo aos interesses da burguesia que ascendia”. A cultura e o lazer passam a ter um maior destaque contribuindo na economia local. Todas essas transformações contribuíram para o surgimento da literatura infantil brasileira e para o surgimento, também, de outra classe de crianças leitoras.

A preocupação pedagógica na formação da criança brasileira, agora não mais restrita às casas de elite e aos tutores vindos da Europa, mas às escolas onde os filhos dos pobres podiam obter algum ensinamento com um mestre rigoroso e exigente, foi, inicialmente alicerçada nas leituras da Bíblia, nos compêndios que valorizavam a moralidade e os bons costumes. Instruir era a ordem do dia. As cartilhas eram tediosas, incentivando a memorização e a palmatória servia como um lembrete doloroso de que “aprender é preciso”.

Entretanto, gradativamente, mentes esclarecidas foram introduzindo nos livros escolares histórias que educavam, mas também divertiam. E, por fim, fora dos livros didáticos, a princípio timidamente e depois com mais vigor foi sendo ofertada às crianças brasileiras a literatura infantil, de início adaptada da Europa e depois, transmutada, com personagens, paisagens e aventuras tipicamente brasileiras.

Pela carência de material reservado a esse público que contava apenas com adaptações e traduções dos clássicos infantis europeus editados em versões portuguesas cujo código linguístico se distanciava da língua falada pelas crianças brasileiras houve “a necessidade do abasileiramento dos textos, aumentando sua penetração junto a crianças, o início da literatura infantil brasileira” marcada “pelo transplante de temas e textos europeus adaptados à linguagem brasileira” (ALBINO, 2010, p. 5).

Esse abasileiramento, contudo, não perdia de vista o caráter didático e moralizante, pois a intenção continuava sendo informar, ensinar, doutrinar – e nisso as fábulas eram as preferidas, uma vez que ao final traziam um apelo moral que, esperava-se, fosse adotado pelas crianças.

Assim, se primeiras obras literárias produzidas eram traduções ou adaptações de obras estrangeiras, europeias ou orientais, ao serem modeladas à imagem nacional serviam para enaltecer a natureza e engrandecer os costumes, a língua, a pátria e a sociedade brasileira. As obras originais eram “modificadas por meio de cortes, supressões, explicações mais detalhadas e simplificações, visando atingir uma maior comunicação com o leitor brasileiro.” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 69).

Mas a semente estava plantada – a criança estava começando a gostar de ler.

E o que dizer dos livros? Segundo Lajolo e Zilberman (1999, p. 126) “*Leituras para meninos*, de José Saturnino da Costa Pereira, lançado em 1818 e muito reeditado até 1824, pode ser considerado como o primeiro livro brasileiro de literatura infantil”.

Assim, com a imprensa licenciada, mesmo com os problemas econômicos e poucos leitores, a Imprensa Régia patrocinou jornais, obras didáticas, médicas e até literárias.

O primeiro livro brasileiro de literatura infantil de grande aceitação nas escolas foi *O livro do povo* de Antônio Marques Rodrigues, publicado em 1861 e durante mais de vinte anos, lido por várias gerações em todo o Nordeste (COELHO, 1991). Paralelamente, na Bahia, Abílio César Borges, preso ao modelo europeu, a partir de 1868 escreveu uma série de Livros de leitura conhecidos como *Método Abílio*, inovando a pedagogia brasileira, trazendo novos métodos e modernas práticas de ensino voltadas às crianças brasileiras; esse médico que abdicou da profissão para abraçar o professorado, preocupou-se em suavizar o ensino das crianças, abolindo os temíveis castigos corporais e inovando métodos de leitura e escrita (COELHO, 1991).

Mauad (1999) lembra no século XIX a literatura universal, clássica, caminhava de mãos dadas com a literatura moralista; cita como exemplos *Modelos para os meninos ou rasgos de humanidade, piedade filial e de amor fraterno* (coletânea de pequenas histórias), e *As manhãs da avó: leitura para a infância*, de Victoria Colonna, publicado em 1877.

O primeiro livro apresenta modelos de conduta esperado das crianças na época: sensibilidade para com o próximo, submissão frente aos maus tratos, amor exacerbado aos pais, enfim histórias “formadoras de caráter, por conter uma moral claramente identificável” (MAUAD, 1999, p. 148).

O segundo livro, também preocupado com a moralidade oitocentista, apresenta diálogos domésticos de uma família pobre cuja mãe viúva precisa trabalhar e deixa aos cuidados da avó a

educação das crianças, que por meio das histórias procura incutir nos netos o amor ao bom, verdadeiro e virtuoso (MAUAD, 1999).

Coelho (1991, p. 210, 211) registra que em 1882 foi publicado um dos “grandes sucessos de livros infantis, no Brasil finissecular”, *O amiguinho Nhonhô* de José de Meneses Vieira, autor que se sobressaiu entre os que marcaram o progresso pedagógico e a prática docente em seu tempo, haja vista que se ocupou com o ensino nos jardins de infância; no mesmo ano, Hilário Ribeiro de Andrada e Silva, publicou a *Série Instrutiva* em que caracteriza “os valores da sociedade liberal-burguesa-cristã, que alicerçam toda a produção didática e literária da época”.

De grande sucesso foi *Contos infantis*, de Júlia Lopes de Almeida em parceria com sua irmã, Adelina A. Lopes Vieira, publicação de 1886, composta de sessenta narrativas em verso ou prosa dirigidas “à diversão e instrução na infância”, pois as autoras mesclam o didático com o maravilhoso (COELHO, 1991, p. 211).

A série de *Livros de Leitura* composta por cinco volumes, de 1890, organizada por Felisberto de Carvalho e seu filho Epaminondas de Carvalho, traz como inovação, inúmeras ilustrações, inclusive coloridas. Felisberto de Carvalho escreveu também, no mesmo ano a *Série didática*; além disso, escreveu um *Tratado de Metodologia* para auxiliar as professoras primárias no exercício do magistério (COELHO, 1991).

Os textos infantis, durante todo esse período, presos à cultura europeia, prezam os valores ideológicos da nova era que pretende o progresso e a ciência, no espírito do iluminismo francês, mas permitem a intromissão do lúdico, seja na narrativa, seja nas gravuras.

Em 1893, Romão Puiggari escreveu o livro que mais “atendeu à necessidade crescente de nacionalismo” intitulado *Coisas brasileiras*; esse livro merece destaque, pois foi escrito com uma linguagem mais acessível, composto de textos simples, “com muita ação, bom humor e ingenuidade, conhecimentos curiosos da flora, fauna, geografia e tradições brasileiras”, se aproximando da realidade infantil da época (COELHO, 1991, p. 212, 213).

Era o momento de valorizar a terra brasileira, destacar o nacionalismo e não perder de vista as tradições. Mesmo assim o texto foi suavizado com linguagem mais palatável, algumas doses de aventuras engraçadas e curiosidades da pátria.

Em 1895, Puiggari escreve em cooperação de Arnaldo de Oliveira Barreto, quatro volumes de *Livros de Leitura Série Puiggari/Barreto*, que “alcançaram enorme sucesso” aplicados em São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Santa Catarina (COELHO, 1991, p. 213)

Coelho (1991) ainda diz que Arnaldo de Oliveira Barreto publicou diversos livros destinados às crianças, devido a sua preocupação com a falta de material de leitura para o público infantil, pensando nas crianças, porém vinculando as mães nesse processo de incentivo à leitura, escreveu: *Cartilha das Mães* (1895); *Leituras Morais* (1896).

No mesmo período surgem os primeiros livros didáticos dirigidos à leitura, chamados de seletas, antologias ou livros de leitura: João Kopke escreveu a série *Livros de leitura*, publicados em 1895; Fausto Barreto e Carlos de Laet também publicaram em 1895, *Antologia Nacional* que era leitura básica na formação literária de muitas gerações de brasileiros, valorizando o contemporâneo e o nacional (COELHO, 1991).

Cunha (2003) ao reforçar que a literatura infantil tem início com obras pedagógicas e, sobretudo adaptadas de produções portuguesas, apresenta Carl Jansen e Figueiredo Pimentel. Carl Jansen nascido na Alemanha, jornalista e professor, traduziu clássicos da literatura universal tais como *Robinson Crusóé* em 1885, *As viagens de Gulliver* em 1888, *As Aventuras do celeberrimo Barão Munchhausen* publicada em 1891 e *D. Quixote de La Mancha* em 1886.

Figueiredo Pimentel era brasileiro, jornalista, e publicou em 1896 *Contos da Carochinha*, uma miscelânea de contos populares de caráter oral adaptados da tradição europeia, bem como da tradição brasileira, sendo o primeiro intelectual a se preocupar em popularizar o livro por meio de edições mais acessíveis de autores clássicos (CUNHA, 2003).

Outros escritores e escritoras se fizeram presentes nesse período, como, por exemplo, a feminista Zalina Rolim, que escreveu basicamente poesia; *O Livro das crianças* de 1897 é uma coletânea de contos e historietas em versos, publicado pelo Governo de São Paulo, e um dos grandes sucessos na literatura escolar (COELHO, 1991).

Destaca-se, nesse mesmo período, Francisca Júlia da Silva Munster, paulista, com grande influência “no processo de renovação do ensino e das letras para crianças”; publicou *O livro da infância* em 1899 que “foi adotado por quase todas as escolas oficiais” em São Paulo (COELHO, 1991, p. 216).

Silva (2010, p.1) afirma que, de fato,

[...] foi no final do século XIX se iniciou uma preocupação com este gênero literário, pois o país estava progredindo para o processo de modernização e dessa maneira a imagem do Brasil precisava ser apresentada como algo grande, poderoso, com cidadãos críticos, nacionalistas e civilizados.

Assim, as adaptações dos textos portugueses, com a linguagem lusitana, diferente do que as crianças brasileiras estavam acostumadas, não mais serviam aos propósitos da época que procurava destacar o nacionalismo, o civismo, o patriotismo, portanto, precisava ser abasileirada; mesmo que os textos seguissem o modelo europeu na questão da narrativa, a linguagem devia ser brasileira e de fácil compreensão às crianças.

3 NOVA ERA NA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

A mudança de século trouxe consigo algumas mudanças também no tipo de pedagogia que tentava recriar, ensinar de forma mais leve e prazerosa.

É o caso de Francisco Vianna que escreveu *Leituras infantis*, em 1900, composto por quatro volumes, preferindo “ensinar através de contos e histórias que divertissem os pequenos leitores”, no entanto, entendia que “tal seleção não podia ser subordinada exclusivamente ao prazer ou diversão”, optando por unir o prazer com ensinamentos por meio de lições (COELHO, 1991, p. 217).

O Tico-tico, publicação de 1905 foi o primeiro jornal infantil em quadrinhos editado no Brasil e surgiu a partir da valorização da imagem no processo de aprendizagem infantil em que inaugura “uma nova era no campo editorial” (COELHO, 1991, p. 217). Publicado até 1958 foi “uma leitura querida de várias gerações de crianças brasileiras” e de adultos, com “sucesso imediato e duradouro, transformando-o em um marco na história das histórias-em-quadrinhos” no Brasil (COELHO, 1991, p. 218).

No *Tico-Tico* eram publicados também textos clássicos da literatura infantil (Perrault, Andersen e Grimm) ou brasileiros. Incluía quebra-cabeças, cartas enigmáticas e jogos de armar, inovações que divertiam muito as crianças. Um dos fatores de sucesso foi a identificação dos personagens e as situações vividas com o cotidiano dos seus leitores; cabe lembrar que a eclosão

de estórias em quadrinhos se deu após os anos 1930 quando iniciou a era dos super-heróis norte-americanos (COELHO, 1991).

As nossas histórias, obra publicada em 1907 pela mineira Alexina de Magalhães Pinto, caracterizou-se como uma coletânea do folclore brasileiro. Dentre esses livros destacam-se *Os nossos brinquedos* (1909) e *Cantigas de crianças e do povo e Danças populares* (1916). Outra mineira, Presciliana Duarte de Almeida, no novo espírito educacional que começa a se fortalecer, atrelado com ideias feministas, incentiva a criação da revista estudantil *A aurora*, escreve peças de teatro em que os escolares interpretaram, em 1908 publica *Páginas infantis*, e em 1914 publica *O livro das aves*, admitido em várias escolas paulistas (COELHO, 1991).

Outros autores que marcaram presença na literatura infantil no idos de 1900 foram Viriato Correia, Olavo Bilac e Manuel Bonfim. Foram escritos livros que mesclavam o didatismo com o mágico, pitadas de estrangeirismo com o nacional, histórias de viagens – em consonância com o interesse marcante pela geografia e história do país no espírito do nacionalismo.

Era uma vez de Viriato Correia foi publicado em 1908 em forma de coletânea de contos folclóricos e maravilhosos. Autor de cartilhas bastante difundido na época foi o poeta Olavo Bilac-uma de suas obras foi *Através do Brasil* escrito em parceria com Manuel Bonfim em 1910, apresentando uma unidade narrativa, ou seja, a trama se configura como uma novela; concomitante às peripécias da viagem empreendida por dois garotos, apresentam-se aspectos históricos, geográficos e de ciências naturais (COELHO, 1991).

Essas obras foram os primeiros passos da literatura infantil brasileira. Elas simbolizaram uma nova fase que com a Proclamação da República no século XIX se fortificou iniciando de fato a literatura infantil no Brasil, quando esta buscava consolidar uma política econômica que produzia o café, produto básico para exportação (ARROYO, 2011).

Cabe lembrar que o momento político que antecedeu a Proclamação da República foi marcado pela ideologia positivista, ou seja, o progresso só seria alcançado pelo desenvolvimento das ciências e, como esclarece Chauí (2003, p. 50); “É de Comte a ideia de ‘Ordem e Progresso’, que viria a fazer parte do Brasil republicano.”

Será que a literatura infantil brasileira acompanhou esse ideal republicano? Livros para todos?

Santos (1999, p. 210, grifo do autor) registra que “No ano de 1898 começava a circular em São Paulo uma revista chamada *Álbum das meninas*” que “procurava iniciar as jovens leitoras no universo da arte, da literatura e da boa educação, trazendo artigos que as encaminhassem e orientassem para o ingresso na vida adulta”; uma das autoras, Amélia Rodrigues, com seus sonetos procurava alertar a população feminina jovem para os perigos da cidade, nesse momento histórico permeado de menores criminosos devido ao processo de industrialização, urbanização, falta de emprego e níveis altos de pobreza nas classes populares, em parte devido à abolição da escravatura, em parte devido aos imigrantes que chegavam com novas ideias e abalavam a ordem vigente e demandavam aparato policial para conter a criminalidade crescente e as reivindicações populares.

Tais criminosos, na maioria meninos expulsos de casa em virtude da impossibilidade dos pais em alimentá-los, recebiam a punição da lei por vadiagem e eram confinados em cadeias comuns, junto com adultos. Não se cogitava inseri-los no ambiente escolar; pensava-se, isso sim, em ingressá-los no Instituto Disciplinar, preparando-os para o trabalho nas lavouras ou para o exército. Era precária a educação no Instituto – “eram frequentes os casos de jovens em que,

após uma longa estadia, de lá saíam sem nada aprender, em estado de semi-analfabetismo” (SANTOS, 1999, p. 225).

Dessa feita, é marcante a hipocrisia da ideologia positivista, pois não é toda a população que tem acesso à leitura e à literatura; a ciência será privilégio de alguns, notadamente os filhos dos burgueses, membros da classe média urbana em ascensão nesse processo de mudança do regime monárquico para o republicano.

Entretanto, Valério (2014, p. 2) mostra que entre “os ideários positivistas dos republicanos encontramos certa concepção de infância, desenvolvida à época, com o fortalecimento das ciências psicológicas”, a criança passa a ser vista “como ser em formação” com necessidades específicas “de modo que, aliado à necessidade de escolarização do povo brasileiro [...] a literatura infantil assume o papel de colaborador no processo de escolarização das massas”.

Então, apesar dessas discrepâncias – a criança pobre abandonada pelos pais que se transforma em marginal e não merece, segundo a sociedade vigente, as benesses da escola, os filhos cuidados em casa provenientes da pequena burguesia brasileira formada por profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos e médios empresários têm acesso à escola, pois, acreditava-se, assumiriam os cargos paternos no futuro – para tanto precisavam saber ler e escrever e a literatura infantil desempenharia papel fundamental nesse sentido.

Esta afirmação é apoiada por Peres, Marinheiro e Moura (2012) quando elucidam que apelos nacionalistas e métodos pedagógicos incitaram o aparecimento de livros infantis brasileiros.

Nessa perspectiva, se por um lado o cuidado com o público infantil instigou a adaptação a esses textos a distanciarem-se dos padrões europeus, por outro, o comprometimento escolar e politicamente conservador facultou a essa literatura a função de modelo tornando-a colaboradora no processo de escolarização das massas (ALBINO, 2010).

Assim, essa fase da literatura infantil brasileira é marcada pela intensa atividade de traduções e adaptações que valorizaram o patriotismo e o nacionalismo como nas obras de Olavo Bilac, Manuel Bonfim e Coelho Neto; encerrando com o romance “Saudade” de Tales de Andrade, em 1919, com um discurso menos conotativo e metafórico abrindo um caminho que será um dos mais trilhados pela literatura infantil: o rural. Tales de Andrade mesclou ficção e realidade valorizando os costumes simples do campo em confronto com as dificuldades e fracassos encontrados na vida da cidade incentivando o ruralismo e o amor à natureza (COELHO, 1991).

A literatura infantil também pode ser empregada como forma de manipulação das massas, ao valorizar a vida no campo e sua simplicidade em detrimento às dificuldades da cidade; a literatura infantil, nesse período, emprega uma forma sutil de desencorajar o êxodo rural e a migração da população do campo para as cidades. Nesta primeira fase, a literatura infantil de forma deliberada expressa, entre outras, os ensejos das elites dominantes.

Gregorin Filho (2009) chama a atenção para o fato de que a história da literatura infantil vincula-se à história das práticas pedagógicas que se impuseram na educação brasileira, libertando-se gradativamente da imposição puramente pedagógica.

Mas apesar dessa libertação, a literatura infantil manteve uma relação muito íntima com a escola visto que, enquanto produto cultural de consumo é na escola que a literatura infantil se realiza plenamente, que as bibliotecas escolares são a via de acesso importante à literatura, quando não única, da maior parte da população infantil brasileira (SIMÕES, 2013).

Digno de nota é a participação de Monteiro Lobato na história da literatura infantil no Brasil. Coelho (2006, p. 47) apropriadamente o chama de “divisor de águas que separa o Brasil de ontem e o Brasil de hoje”, pois ele “rompe, pela raiz, com as convenções estereotipadas e abre as portas para as novas ideias e formas que o novo século exigia”; com sua publicação de *A menina do Narizinho Arrebitado*, “estava criada a literatura infantil brasileira moderna”.

De fato, Monteiro Lobato, sem abdicar da brasilidade, aproveitou os temas universais; conseguiu, com sua forma de narrativa ímpar, juntar realidade com fantasia, e apresentar personagens infantis curiosas, petulantes, questionadoras, bem diferentes das então até o momento, tidas como exemplos de comportamento ideal, que deveriam ser seguidas pela multidão de crianças leitoras.

A produção lobatiana de textos para crianças deu-se entre os anos de 1921 e 1942, conforme lista Caldin (2010, p. 88, grifo da autora):

A menina do Narizinho Arrebitado (1920); *Narizinho Arrebitado* (1921); *O Saci* (1921); *Fábulas* (1922); *O Marquês de Rabicó* (1922); *A Caçada da Onça* (1924); *A Cara de Coruja* (1927); *Aventuras do Príncipe* (1927); *Noivado do Narizinho* (1927); *O Circo de Cavalinho* (1927); *A pena de Papagaio* (1930); *O Pó de Pirlimpimpim* (1930); *As Reinações de Narizinho* (1931); *Viagem ao Céu* (1932); *As Caçadas de Pedrinho* (1933); *Emília no País da Gramática* (1933); *Geografia de Dona Benta* (1935); *Memórias da Emília* (1936); *O Poço do Visconde* (1937); *O Pica-pau Amarelo* (1939); *A chave do Tamanho* (1942).

Esclarece-se que a produção arrolada consistiu apenas em textos originais de Monteiro Lobato; aqui não entram as adaptações e as traduções do escritor.

Na década de 1920, ocorreram discussões referentes a reformas educacionais, influenciados aos moldes europeu e norte americano. A reformulação do ensino primário estabeleceu novos horizontes à literatura infantil brasileira. Dessa forma, a Revolução de 1930 que conduziu Getúlio Vargas à presidência, fundou o Ministério da Educação e Saúde Pública que efetivou aprimoramento pedagógico ao ensino primário, secundário e superior. Vinculada a essa nova política, difundiu-se a literatura infantil de natureza informativa e pedagógica (CALDIN, 2001).

Foi, de fato, um confronto entre o velho (estabelecido como o ideal) e o novo (revolucionário), ou seja, entre o tradicional e o modernismo. Muito embora esse confronto priorizasse, pela força do Estado, uma literatura pedagógica, deixou algum espaço para a literatura lúdica, principalmente pelas mãos de Lobato, que habilmente driblou o pedagogismo com situações divertidas e prazerosas em suas narrativas.

Na década de 1930, testemunhou-se a “um antagonismo entre realismo e fantasia em que surgem, paralelamente, os contos maravilhosos e as experiências cotidianas” e “tal antagonismo deu-se em função da perpetuação das narrativas clássicas e da necessidade política do momento, de conhecer a realidade brasileira” (CALDIN, 2001, p. 36). Essa oposição entre fantasia e realismo vai se perpetuar até os dias atuais, em que há espaço para o mundo da fantasia, do extraordinário, ao mesmo tempo em que surgem livros de literatura infantil com temas sobre a realidade brasileira, regionalismo, identidade e pertencimento, proteção do meio ambiente e outros temas reflexos da sociedade contemporânea.

Caldin (2001, p. 36) constata que a depressão econômica, nos anos 1940, que devastou o planeta trouxe como consequência o crescimento da violência contribuindo para a propagação “das histórias em quadrinhos, com os heróis importados que lutavam contra os gângsteres”;

assim, “policiais, detetives e bandidos povoam a narrativa ficcional, configurando-se como uma literatura voltada para os meninos e sua sede de aventuras”, enquanto que as meninas foram agraciadas com uma literatura singularizada, entranhada de romantismo, “com as coleções traduzidas de histórias de amor, com moças frágeis, dóceis e gentis”.

Aqui salienta-se uma diferenciação da literatura infantil por gênero, fato que vem sendo suprimido na contemporaneidade por reforçar estereótipos do que deve ser para meninos e para meninas, entretanto ainda há um lucrativo mercado que dissemina para meninos, profissões, carrinhos, dinossauros, enfim, aventuras, enquanto os contos de fadas e as princesas, e a literatura romântica seriam direcionadas para meninas.

Segundo Caldin (2001, p. 36), “na década de 50, o Brasil passou por uma crise de leitura, com a expansão do cinema e da televisão, quando a poesia ficou relegada a segundo plano, suplantada pela imagem”.

Mas, mesmo com a sedução da imagem, com a publicação do livro “As aventuras de Xisto”, em 1957, de Lúcia Machado de Almeida, a literatura infantil redescobre a fantasia deixando de ser refém da escola e servindo como entretenimento às crianças (COELHO, 1991).

Coelho (1991) esclarece que na década de 1960, é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei número 4.024, de 20/12/1961); essa lei transformou o conceito de literatura na escola, pois exigia a democratização do ensino, expandiu-se a obrigatoriedade de escolarização para oito anos fomentando a leitura como habilidade formadora básica, além de fazer do texto literário o subsídio para o ensino da gramática.

Observa-se que foi a partir da década de 1970 que a crítica literária, em função do interesse sempre crescente pela literatura endereçada a crianças e jovens, passou a discutir (e questionar) o estreito vínculo entre a pedagogia e esse segmento literário, apontando o risco que tal compromisso traria ao valor estético das obras (KIRCHOF; BONIN; SILVEIRA, 2013).

De fato, de 1970 até os dias atuais tem-se o chamado período pós-lobatiano, uma explosão da literatura infantil, um movimento inovador no qual muitos escritores se engajaram – o Brasil vivia a época da ditadura – assim, muitos escritores valeram-se de textos infantis, utilizando a metáfora como uma forma de denunciar o poder autoritário do governo vigente, ao mesmo tempo em que seduziam as crianças com textos questionadores sem perder de vista o compromisso com a pedagogia.

Caldin (2010, p. 90) lista alguns autores que iniciaram sua produção a partir dos anos 1970:

Ana Maria Machado, André Carvalho, Ary Quintella, Bartolomeu Queirós, Carlos de Marigny, Dirceu Quintanilha, Domingos Pellegrini, Edson Gabriel Garcia, Edy Lima, Euclides Marques de Andrade, Everaldo Moreira Veras, Eliane Ganem, Elias José, Fernanda Lopes de Almeida, Ganymedes José, Giselda Laporta Nicoletis, Henry Correa de Araújo, Haroldo Bruno, Ignácio de Loyola Brandão, Joel Rufino dos Santos, João Carlos Marinho, Leny Werneck, Lurdes Gonçalves, Lúcia Pimentel Góes, Lúcia Aizim, Luiz Paiva de Castro, Lúcia Miners, Lygia Bojunga Nunes, Margarida Ottoni, Martha Azevedo Pannunzio, Moacir C. Lopes, Rachel de Queirós, Ruth Rocha, Sérgio Caparelli, Teresa Noronha, Vivina de Assis Viana, Wander Piroli, WenerZotz, Ziraldo.

De 1980 a 1990 continua crescendo a produção literária voltada ao público infantil; os escritores experimentam uma nova forma de linguagem, apresentam os vários conflitos da criança, valorizam o lúdico e surgem livros sem texto, dando primazia às ilustrações.

Atuantes nesse período, Caldin (2010, p. 91) arrola:

Antonieta Dias de Moraes, Camila Cerqueira César, Lúcia Amaral, Lúcia Machado e Almeida, Maria Dinorah, Maria Heloísa Penteadó, Odette de Barros Mott, Orígenes Lessa, Stella Carr, Stella Leonardos, Ângela Lago, CizaFitipaldi, Eliardo França, Eva Furnari, Michele Iacocca, LilianaIacocca, Ricardo Azevedo, Rui de Oliveira, Walter Ono, Aline Perlman, Amaury Braga da Silva, Anna Flora, Assis Brasil, Antônio Hohfeldt, Carlos Moraes, Elza Sallut, FláviaMuniz, Luís Camargo, Luiz Puntel, Luiz Antônio Aguiar, Luiz Galdino, Marina Colasanti, Mirna Pinski, Paula Saldanha, Pedro Bandeira, Ricardo Azevedo, RoniwalterJatobá, Santuza Abras, Sylvia Orthof, Stela Maris Rezende, Tatiana Belinky, Telma Guimarães e outros.

Da década de 1990 ao século XXI a produção literária infantil tem crescido sobremaneira. Alguns dos autores do final do século XX continuam escrevendo e surgem outros que se articulam no espírito do novo momento mundial.

Caldin (2010, p. 91) lista alguns desses novos escritores:

Antônio Barreto, Béatrice Tanaka, Branca Maria de Paula, Ronaldo Simões Coelho, Eliana Martins, FátimaMiguez, Ieda de Oliveira, Jair Vitória, Kátia Canton, Lúcia Hiratsuka, Luís Díaz, Maria José Silveira, Rogério Andrade Barbosa, Roseana Murray, Sheilla Gomes, Ulisses Tavares.

Convém salientar que além, das modificações nas formas de produção e reprodução da literatura infantil, novos designs, ilustrações e materiais. As demandas da sociedade exigem a inserção de novos temas. Passam a ter pauta na literatura infantil contemporânea, o respeito a diferenças culturais e étnicas, questões de gênero, diversidade, inclusão e deficiência, empoderamento feminino, e tudo isso sem perder a essência da literatura infantil, a leveza, a descontração ao tratar de assuntos polêmicos e sérios e de certa forma reforçar valores culturais necessários ao período em que se vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente concluir o artigo com o resumo que Gregorin Filho (2009, p. 28) faz dos quatro momentos da história da literatura infantil no Brasil, em relação a alguns dos principais fatores histórico-sociais e às práticas pedagógicas vigentes em cada período. São eles:

- a) Período dos precursores: do Brasil - Colônia até a década de 1920. Período que vai da absoluta falta de preocupação com um projeto educativo formal no país até as primeiras iniciativas de organização e sistematização da instituição pública. Na educação e na prática de leitura no Brasil os paradigmas vigentes eram o nacionalismo, o intelectualismo, o tradicionalismo cultural com seus modelos de cultura a serem imitados e o moralismo religioso. Todos esses paradigmas eram nada mais que o reflexo dos padrões europeus que se encontravam e confrontavam com os valores de um país que lutava pela busca de sua identidade e procurava ser valorizado enquanto nação. Os livros destinados à infância eram basicamente traduções e adaptações de obras europeias em que abundavam as fábulas, os contos de fada maravilhosos, as novelas de aventura e de cavalaria e livros de leitura, organizados como seletas, de circulação específica nas escolas. A criança era vista

- “como um indivíduo pronto para receber a educação como dádiva, como caráter divino, e amar sua pátria como berço e fonte inesgotável de benevolências”;
- b) Período de Monteiro Lobato: da década de 1920 a meados da década de 1980. Momento fundamental para a literatura infantil, momento de ruptura operada pela produção de Monteiro Lobato. Ele inaugura uma nova literatura infantil brasileira, literatura que ainda passaria por inúmeras transformações e experimentações, por uma ditadura militar e por drásticas e velozes mudanças na tecnologia e na sociedade;
 - c) Período Pós – Lobato: de meados de 1980 a meados de 1990, marcado pela forte influência das inovações introduzidas por Lobato e pelo experimentalismo que se instaura, por causa disso, na produção de livros para crianças. Esse experimentalismo se firma a partir das influências da abertura política na concepção de educação, que abala e demanda reformas na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional de 1961, a partir das novas formulações da Pedagogia e da Psicologia em relação à infância. A literatura se mostra inquieta e questionadora abordando questões cotidianas e mais realistas. Há uma busca pela aproximação com o leitor-criança por meio do aguçamento da curiosidade do leitor e do estabelecimento do dialogismo no texto. Além disso, o apelo à visualidade começa a impor sua força na determinação da especificidade da literatura infantil. É o momento em que a literatura para crianças e jovens “mostra um mundo em construção para uma criança que passa a ser vista como um ser em formação”;
 - d) Contemporâneo: meados de 1990 até a atualidade. Apontado como o momento em que se encontra consolidada uma produção literária para as crianças que não nasce para se tornar mero recurso pedagógico, mas cujas principais funções são o lúdico, o catártico e o libertador, além do cognitivo e do pragmático, já que visa a preparar o indivíduo para a vida num mundo repleto de diversidades.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Lia Cupertino Duarte. **A literatura infantil no Brasil: origem, tendências e ensino.** Disponível em: <<https://docplayer.com.br/8682229-A-literatura-infantil-no-brasil-origem-tendencias-e-ensino.html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira.** 3. ed. rev. ampl. São Paulo: UNESP, 2011.

CALDIN, Clarice Fortkamp. **A poética da voz e da letra na literatura infantil: leitura de alguns projetos de contar e ler para crianças.** 2001. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CALDIN, Clarice Fotkamp. **Leitura e literatura infanto-juvenil.** Florianópolis: CIN/CED/UFSC, 2010.

CARVALHO, Barbara Vasconcelos de. **A literatura infantil: visão histórica e crítica.** 2. ed. São Paulo: EDART, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil e juvenil**. 4. ed. rev. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 2003.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

KIRCHOF, Edgar R.; BONIN, Iara T.; SILVEIRA, Rosa Maria H. Apresentação literatura infantil e diferenças. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, out./dez. 2013. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000400002>. Acesso em: 11 abr. 2016.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 137-176.

PERES, Fabiana Costa; MARINHEIRO, Edwylson de Lima; MOURA, Simone Moreira de. A literatura infantil na formação da identidade da criança. **Revista eletrônica pró-docência**, Londrina, n. 1, v. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 210-230.

SILVA, Fernanda Rachel Camargo da Silva. Literatura infantil no Brasil – Figueiredo Pimentel. In: JORNADA PEDAGÓGICA DO LALUPE, 2., 2010. Disponível em: <http://www.joped.uepg.br/2010/anais/oral/20028_2_FINAL.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SIMÕES, Lucila Bonina Teixeira. Literatura Infantil: entre a infância, a pedagogia e a arte. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: O lugar da teoria nos estudos linguísticos e literários, n. 46, p. 219-242, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/46/diversa1.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

VALERIO, Raphael Guazzelli. Notas sobre a Literatura Infantil Brasileira. **Trilhas Pedagógicas**, v. 4, n. 4, ago. 2014, p. 79-88. Disponível em: <<http://www.fatece.edu.br/arquivos/arquivos%20revistas/trilhas/volume4/5.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.